

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Departamento de Psicologia

**CONSUMO E EFEITOS DA PORNOGRAFIA, PRÁTICAS SEXUAIS VIOLENTAS E
DESIGUALDADE DE GÊNERO**

Talissa de Assis Angeloni

São Carlos

2021

**CONSUMO E EFEITOS DA PORNOGRAFIA, PRÁTICAS SEXUAIS VIOLENTAS E
DESIGUALDADE DE GÊNERO**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção de título de Bacharel em Psicologia
pela Universidade Federal de São Carlos
(UFSCar).

Orientadora: Profa. Dra. Rachel de Faria Brino

A handwritten signature in black ink, reading "Rachel Brino". The signature is stylized with large, flowing loops and a long horizontal stroke extending to the right.

São Carlos
2021

Resumo

O presente estudo apresenta uma discussão teórico-conceitual sobre as questões que permeiam o consumo de pornografia. Trata-se de um estudo teórico realizado por meio da pesquisa bibliográfica da literatura especializada com o objetivo de conceituar a pornografia, apresentar como se deu o surgimento e seu processo de popularização na *Internet*, descrever o fenômeno da violência de gênero e apontar a possível associação e predileção com a pornografia, identificar os efeitos diretos no espectador de conteúdos sexualmente explícitos e na sociedade, bem como propor reflexões e discussões sobre formas de intervenção que busquem a equidade de gênero e mitigação de agressão contra mulheres. A seleção de artigos foi feita através dos bancos de dados Periódicos Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Behavioral and Brain Sciences, inserindo na caixa de busca palavras-chave referentes ao tema. Foram analisados estudos de autores da literatura nacional e internacional, com maior concentração de artigos estrangeiros devido à carência de pesquisas brasileiras mais aprofundadas sobre a pornografia, o que evidencia a necessidade de maior atenção ao assunto, visto que a ausência de pesquisas limita a construção de propostas políticas e sociais no território.

Palavras-chave: pornografia; violência de gênero; agressão sexual.

Abstract

This study presents a theoretical-conceptual discussion about the issues that permeate the consumption of pornography. This is a theoretical study carried out through bibliographic research of specialized literature with the aim of conceptualizing pornography, presenting how it came about and its popularization process on the Internet, describing the phenomenon of gender-based violence and point out the possible association and predilection with pornography, identifying the direct effects on the viewer of sexually explicit content and on society, as well as proposing reflections and discussions on ways of intervention that seek gender equity and mitigation of violence against women. The article selection was made through a search for keywords related to the mentioned topics in research databases such as Periódicos Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) and Behavioral and Brain Science Research. Studies by authors from national and international literature were analyzed, with a greater presence of foreign articles due to the lack of more in-depth Brazilian research on pornography, which highlights the need for more attention to the topic, as the absence of research limits the construction of political and social proposals in the territory.

Key-words: pornography; gender-based violence; sexual assault.

Sumário

Prefácio	5
Introdução	6
A pornografia.....	8
Violência contra a mulher e as práticas sexuais na pornografia.....	10
A violência contra a mulher na pornografia e a perpetuação da desigualdade de gênero	13
Os efeitos provocados pelo consumo de pornografia.....	16
Por trás das produções pornográficas	21
O que deve ser confrontado na pornografia?.....	22
Considerações finais	25
Referências	27

Prefácio

O texto monográfico que se segue foi disposto em capítulos para abordar e discutir diferentes aspectos que permeiam a pornografia, a violência sexual e a desigualdade de gênero, tal qual a correspondência entre esses fenômenos.

O primeiro capítulo, introdutório, refere-se à construção histórica da sexualidade humana e dos papéis de gênero, assim como a descrição da linha temporal e do contexto social que originou a pornografia presente na *Internet*, temática sob a qual este trabalho se debruça.

O segundo capítulo, denominado “A pornografia”, aborda a conceituação sobre materiais sexualmente explícitos e o seu panorama nos últimos anos, com dados sobre o alcance e faturamento desta indústria.

O terceiro capítulo, nomeado “Violência contra a mulher e as práticas sexuais na pornografia”, define-se a manifestação da violência sexual na contemporaneidade, as medidas e legislações criadas no Brasil para combatê-la, o perfil do agressor e as crenças que podem perpetuar os abusos.

No quarto capítulo, “A violência contra a mulher na pornografia e a perpetuação da desigualdade de gênero” é descrita a frequência da presença de representações violentas e desiguais entre homens e mulheres na pornografia a partir da análise de materiais difundidos na *Internet*.

No quinto capítulo, “Os efeitos provocados pelo consumo de pornografia”, são exploradas as consequências nocivas a quem assiste pornografia, assim como a predisposição ao maior interesse por ela, considerando as variáveis individuais e culturais. Além disso, é discutido sobre os prejuízos diretos aos sujeitos que estão expostos à este tipo de conteúdo e seus possíveis comportamentos aditivos, e de que forma a pornografia pode atuar como um modelo de banalização que implica as mulheres enquanto classe.

O sexto capítulo, “Por trás das produções pornográficas”, os bastidores das produções pornográficas são apresentados a partir da análise de um documentário e da contribuição de outros autores, para entender de que forma são construídos os conteúdos, especialmente para os envolvidos na atuação.

No sétimo capítulo, “O que deve ser confrontado na pornografia?” exploram-se as problemáticas encontradas no consumo da pornografia e como ela pode contribuir para manutenção da violência e misoginia, e onde se insere no contexto midiático de perpetuação da desigualdade de gênero.

E, por fim, no oitavo e último capítulo "Considerações finais", são apresentadas possibilidades para o combate ao consumo de pornografia e seus prejuízos.

Introdução

A sexualidade é um fenômeno estudado por diversas áreas do conhecimento, como a Biologia, Sociologia, Antropologia e Psicologia, e manifestada por experiências complexas e distintas, a partir do recorte temporal e sociocultural. O significado surgiu no século XIX e pode ser descrito como uma dimensão humana dinâmica e dialética, que permite aos indivíduos manifestarem a forma como vivenciam as relações interpessoais e as expressões afetivas e sexuais entendidas ao longo da vida, atribuindo sentido a sentimentos e comportamentos (SNOEK, 1981; NUNES, 1987).

A Organização Mundial da Saúde atribui a seguinte definição para sexualidade:

“Um aspecto central do ser humano ao longo da vida que engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. [...] A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais” (OMS, 2006).

Os processos sociais que estruturam as organizações coletivas influenciam diretamente a sexualidade e a sua expressão (WEREBE, 1998). Senem e Caramaschi (2017) afirmam que o conceito de sexualidade foi concebido em um processo histórico de diferentes padrões e normatizações, e entendê-lo é fundamental para identificar o seu significado na atualidade.

Sob a perspectiva da constituição das civilizações através do processo de sedentarização e desenvolvimento da agricultura, as organizações sociais passaram por uma profunda transformação no período neolítico. Surgiram os primeiros registros de práticas religiosas e a constatação do estabelecimento de um modelo patriarcal, onde o homem é o centro das relações (STEARNS, 2010). Em um longo processo evolutivo e não generalizado a todos os povos, o exercício majoritário das atividades era masculino, assim como a organização bélica e religiosa (NUNES, 1987). Em sua obra Política, Aristóteles afirma que: “Em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção” (ARISTÓTELES, 1991).

A partir desta linha e em um grande intervalo de tempo, o casamento torna-se um contrato familiar entre senhores, atribuindo à mulher a paramentação de recursos que

viabilizassem materialmente a constituição de uma família (MOURA, 2002). Esse cenário contribuiu para o fortalecimento da concepção da mulher enquanto uma figura subalterna e subordinada e a valorização de atributos masculinos relacionados a força, rigidez e virilidade. (RESSEL, et al., 2011).

De acordo com Sigmund Freud, a sexualidade faz parte do cotidiano da sociedade e não está relacionada exclusivamente ao ato sexual, seja para finalidade reprodutiva ou restrita aos órgãos genitais (PERSON, 2005). Em sua obra *Três Ensaio sobre Sexualidade* (1905), ele expande essa compreensão para a além da procriação e genitalidade, mas também como a busca pelo prazer.

Considerando a construção e adaptação do entendimento de sexualidade como parte do processo histórico e cultural inerente a vida humana, todos os ambientes tem relação com este fenômeno na forma como os comportamentos sexuais são manifestados, além da influência dos valores morais intrínsecos nas práticas interpessoais (NUNES, 1987).

O sexo é mantido há mais de 2 bilhões de anos com uma “bem-sucedida adaptação evolutiva da vida” (BAUMEL, 2019), despertando o interesse nos seres humanos assim como suas representações. Muito antes da chegada da tecnologia, desenhos eram encontrados em cavernas representando atos sexuais e partes do corpo. Com o desenvolvimento da escrita, surgiram textos cuja temática eram os relacionamentos amorosos e seus respectivos elementos, como o sexo. A evolução da impressão gráfica propiciou o aumento da publicação de materiais que objetivavam excitar sexualmente os leitores (HUNT, 1999), seguido pela fotografia e o cinema no século XIX, que passaram a possibilitar o registro do ato sexual. Este processo fomentou significativas mudanças na representação do sexo e inaugurou o que mais tarde se tornaria a indústria pornográfica. Hoje, podemos entender a fotografia e o cinema como ferramentas técnicas fundamentais para a manutenção da indústria pornográfica e para garantir o realismo representacional.

Alguns anos depois, em 1960, foi aprovada a pílula anticoncepcional, um método contraceptivo que se tornou um símbolo de emancipação durante a revolução sexual, desvinculando do sexo a finalidade de procriação. O fármaco marcou a autonomia reprodutiva das mulheres e a liberdade de expressão de seus desejos, transformando a forma das pessoas se relacionarem sexualmente, o que difundiu ainda mais o movimento de amor livre e a erotização das campanhas publicitárias (BAUMEL, 2019). Neste mesmo período, em contrapartida, o

Brasil vivenciava a ditadura militar, diretamente relacionada a censura moral e, por isso, estabeleceu-se, como regra, a severa estigmatização da exposição de corpos.

Após o fim da ditadura, a mídia de comunicação em massa entrou em um forte movimento de erotismo, com a presença constante da nudez e do sexo em programas de televisão, divergindo os posicionamentos populares entre os conservadores, a favor do pudor e os desinibidos, a favor da permissividade (CARMO, 2011). Um novo arranjo no âmbito global foi articulado pelo advento da *Internet* na década de 90, conectando pessoas, informações e conteúdos de todo o mundo em tempo real. O fácil acesso, a escassa restrição e quantidade de materiais difundiu fortemente a pornografia através de plataformas *online*, além de iniciar o processo de atribuição do caráter comercial ao sexo, passível de ser oferecido em produtos, serviços e representações (SILVA, 2015).

Paralelo a este cenário, o fenômeno da violência sexual tem ganhado visibilidade crescente, atribuída à articulação de movimentos sociais e à criação de políticas públicas. Conseqüentemente, o fenômeno tornou-se objeto de estudo no âmbito acadêmico e a literatura têm buscado compreender o processo histórico que o alicerça, assim como a sua relação com os papéis sociais de gênero, entre outras variáveis determinantes para sua ocorrência.

A violência sexual, entendida como uma das formas de manifestação da violência, pode ser definida como qualquer conduta que faça com que a vítima presencie, mantenha ou participe de relação sexual não desejada, seja por meio de intimidação ou uso da força física, e também que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, através de coação, chantagem, suborno ou manipulação (VENTURA, 2014).

A pornografia

A conceituação do termo pornografia ainda é controversa. O dicionário Michaelis descreve o substantivo como “qualquer coisa (arte, literatura etc.) que vise explorar o sexo de maneira vulgar e obscena” (MICHAELIS, 2015). Popovic (2011) apresenta a definição de pornografia a partir de sua etimologia, do grego *pornographos*, onde a palavra foi inicialmente empregada para se referir ao modo de vida das prostitutas e seus clientes. Todavia, para os pesquisadores, é majoritariamente caracterizada como material sexualmente explícito

(BAUMEL, 2020), ou qualquer tipo de material que objetive fomentar a excitação sexual do espectador (HALD, 2006).

Russel (1993) considera importante distinguir a pornografia do erotismo, sendo o segundo referido ao conteúdo sexualmente sugestivo que não faz uso de diferentes manifestações de sexismo, racismo ou outras formas de opressão, além de ter representações igualitárias entre os participantes, o que a autora acredita ser o oposto do apresentado na pornografia, repleta do empreendimento de poder sobre outra pessoa. O material erótico é associado à manifestação artístico ou intelectual, que objetiva ou não excitar o espectador e sem explicitação dos genitais, limitando-se à nudez ou seminudez dos corpos (FLOOD; HAMILTON, 2003).

Em 2006, existiam mais de quatro milhões de sites para hospedagem de cerca de dez mil materiais pornográficos, disponibilizados semanalmente. Não é possível determinar com exatidão o valor arrecadado pela indústria da pornografia, pois as movimentações e demonstrativos financeiros não são monitorados pelos respectivos sistemas de fiscalização. Entretanto, as declarações advindas de outras fontes como lojas de materiais pornográficos e vídeos alugados em hotéis estimam que a arrecadação anual é de mais de 97 bilhões de dólares (ROPELATO, 2013a), o que representa mais do que a soma das receitas de empresas como Microsoft, Google, Amazon, eBay, Yahoo, Apple, Netflix e Earthlink (DEKESEREDY, 2015).

O *Pornhub* existe desde 2007 e é atualmente o maior site de pornografia do mundo. Dez anos após sua criação ele atingiu o número de 10 milhões de vídeos disponibilizados e 75 milhões de visitantes por dia, sendo que a maior parte desse grupo é constituído por jovens de 18 a 24 anos (ORENSTEIN, 2017). Outro gigante da pornografia é o *XVideos*, que possuía mais de 4 bilhões de visitas por mês.

Uma pesquisa realizada em 2014 nos Estados Unidos, com mil adultos, constatou que 64% dos homens e 42% das mulheres afirmaram assistir pornografia ao menos uma vez por mês. Ainda neste artigo, uma pesquisa realizada na Inglaterra com 130 participantes heterossexuais de 16 a 18 anos, indicou que o principal motivo para praticarem sexo anal em suas relações era para que os homens reproduzissem o que era assistido em conteúdos pornográficos, mesmo descrevendo-o como “doloroso, arriscado e coercitivo” para mulheres. Esse é um importante indicador da influência exercida pela pornografia nas práticas sexuais entre jovens e adultos (MARSTON; LEWIS, 2014).

A concepção de pornografia também é apresentada como materiais explícitos que apresentam cenas de submissão feminina, de caráter punitivo, nos quais as mulheres são rebaixadas, e sua principal participação é enquanto fornecedora de sexo ao homem, além de retratar atos sexuais violentos (DEKESEREDY, 2015).

Essas evidências apontam que a pornografia apresenta uma significativa degradação e abuso das mulheres, difundida massivamente nos meios de comunicação de alto alcance. “Desde a sua massiva propagação por meio da *Internet*, a pornografia deixou de ser um lucrativo negócio *underground* com laços ao crime organizado, para uma enorme indústria capitalista corporativa que opera abertamente” (JENSEN, 2007). Zaldívar e Díez (2009) afirmam que a fonte mais rentável da *Internet* é a pornografia, e o que seu alto consumo deve ser levado em consideração quando se discute sexualidade e comportamento sexual.

Violência contra a mulher e as práticas sexuais na pornografia

Existem diversas formas de violência nomeadas e praticadas contra a mulher além da violência sexual já mencionada. A violência física é aquela que fere a integridade ou saúde corporal da mulher. A violência psicológica pode ser definida como qualquer conduta que provoque dano emocional e diminuição da autoestima através de ameaças, constrangimento, manipulação e insulto, que objetive degradar ou controlar as ações, comportamentos ou decisões da vítima. Já a violência moral é definida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. A violência patrimonial pode ser entendida como retenção ou destruição parcial de objetos pessoais da vítima, como instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens e valores (VENTURA, 2014).

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016) aponta que a Lei Maria da Penha foi estabelecida em 2006. Este foi um marco na legislação brasileira no enfrentamento à violência contra a mulher, tornando mais rigorosas as penas para violência doméstica e familiar, possibilitando coibir esse tipo de agressão a mulheres, sem discriminação de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião. O portal ainda enumera as outras medidas tomadas na sequência, a fim de preservar a vida e integridade das mulheres, tais como a implementação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, um serviço gratuito e ininterrupto de atendimento telefônico criado em 2005, que recebe denúncias de violência de gênero e discriminação, e orienta as vítimas sobre os procedimentos a serem tomados.

Em 2013, a Lei nº 12.845 estabeleceu o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, enquanto, no mesmo ano, foi postulado um decreto definindo diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual por parte dos profissionais da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde e de segurança pública. Quase dez anos depois de estabelecida a Lei Maria da Penha, foi sancionada outra de grande impacto, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que considerava homicídio qualificado o assassinato de mulheres em razão do gênero (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2016).

A partir do estabelecimento de tais leis e políticas, é possível afirmar que a violência contra a mulher, incluindo a sexual, vem ganhando visibilidade e, conseqüentemente, levantando debates. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), o Brasil registrou 1 estupro a cada 11 minutos em 2015. Além disso, há em média 10 estupros coletivos notificados todos os dias no sistema de saúde do país, sendo que este dado não representa a totalidade, visto que muitos municípios não fornecem estes dados para o Ministério da Saúde, bem como grande parte das agressões sexuais contra mulheres não são notificadas e/ou denunciadas. Apenas no Metrô de São Paulo, em 2016, foram registrados 4 casos de assédio sexual por semana. Desse mesmo ano, o Atlas da Violência de 2018 estima que ocorreram entre 300 mil e 500 mil casos de estupro.

A violência sexual é predominantemente praticada por homens às mulheres. Ela age contra a sexualidade da vítima, e independente do ambiente ou do vínculo dela com o agressor, é feito o uso da repressão (NUNES, 2017). Entre as razões que permitiram esse modelo de violência ser perpetuado, aponta-se a disparidade de poder que embasa a assimetria de gênero e as diferentes predeterminações sociais dos papéis masculino e feminino (FAUNDES; ROSAS; BEDONE; OROZCO, 2006).

Em países onde o status social da mulher é pequeno, verificam-se taxas mais altas de violência sobre as mesmas. Portanto, pode ser entendido que a agressão sexual tem maior relação com o desequilíbrio de poder do que com libidinagem (KRUG; DAHLBERG; MERCY; ZWI; LOZANO, 2002). O panorama nacional também é desfavorável para elas. Estudos publicados no Brasil demonstraram que até 36,9% de mulheres já foram vítimas de agressão sexual e/ou física praticada pelo parceiro íntimo (GARCIA; SILVA, 2018), e esse dado pode não representar a realidade fidedignamente, em decorrência do constrangimento que ainda existe em se apresentar como vítima e pela falta de entendimento sobre o que se configura como violência sexual.

Ao mesmo tempo, a definição do perfil de agressores sexuais é complexa, pois a literatura indica que eles possuem características de personalidade heterogêneas. Algumas pesquisas apontam resultados de instrumentos de avaliação psicológica de agressores, como “dificuldades no controle dos impulsos e no estabelecimento de relações de intimidade, distorções cognitivas e dificuldade de empatia, personalidade imatura e instável, agressividade diante da frustração, hostilidade, autoestima rebaixada” (SCORTEGAGNA, 2013). Entretanto, essa amostra não necessariamente representa o fenômeno abordado neste trabalho, pois se refere a homens encarcerados e pedófilos, e pode não contemplar o praticante da violência velada contra adolescentes e mulheres adultas.

Um estudo realizado com homicidas sexuais, ou seja, homens que realizaram um assassinato intencional onde houve algum comportamento sexual, estes demonstraram raiva crônica, pensamentos obsessivos e necessidades afetivas não atendidas (MELOY; GACONO; KENNEY, 1994). Outro artigo demonstrou que homens condenados por delito sexual apresentaram falta de empatia, o que pode estar relacionado com falhas no desenvolvimento infantil, marcados pela ausência de modelos parentais adequados para identificação e de vínculos afetivos (SCORTEGAGNA, 2013).

Parece ser primordial discutir as crenças implicadas na violência praticada contra as mulheres e entender de que forma o consumo de pornografia se insere neste contexto. Alguns estudos demonstram que se perdura a cultura de legitimação e minimização da agressão sexual atrelada à socialização masculina (MUNSCH; WILLER, 2012). Também foi identificado que os homens tem maior probabilidade de assumir justificativas para violações como, por exemplo, não entender uma relação sexual como forçada mesmo que mediante uso de coerção verbal, considerando que a mulher deve estar inclinada para a interação sexual.

A construção social dos papéis de gênero resultam nas diferenças entre ambos e sustentam as crenças legitimadoras de violência contra as mulheres. Byers e Eno (1991) analisaram que existe uma maior tendência da reprodução de comportamentos agressivos com suas parceiras sexuais por homens que possuem uma visão tradicional sobre os papéis de gênero atribuídos às mulheres. Schumacher et al. (2001) apurou que as pessoas que relataram maior presença de atos violentos em seus relacionamentos íntimos também demonstraram altos índices de tolerância ao abuso.

De acordo com a teoria dos *scripts* sexuais, a sexualidade se constitui de esquemas construídos socialmente e que estes também guiam os comportamentos sexuais, não os

resumindo a impulsos biológicos. Os *scripts* sexuais também são enviesados pelo gênero, pois conferem ao homem a iniciativa e controle das ações, ao contrário das mulheres que são incumbidas de complacência e responsividade (PLUMMER, 1982).

Em uma pesquisa realizada por Geiger, Fischer e Eshet (2004), os autores constataram que um terço dos participantes homens demonstraram concordar com diversas crenças que legitimam a violência sexual, como a ideia da constante disposição para o sexo por parte das mulheres e que o “**não**” não representa realmente uma negativa para a investida sexual por parte deles.

“As crenças, como produto da nossa socialização e percebidas desde cedo, emergem das interações humanas e como consequência das percepções que vamos construindo, influenciando os nossos comportamentos. Assim, o fenômeno da violência encontra-se ligado às representações sociais e o que julgamos ou não violento tem origem num quadro de referência baseado em vivências anteriores. A legitimação da violência é muitas vezes uma consequência de crenças culturais em que a desculpabilização dos atos abusivos faz parte da compreensão do que é ser homem e ser mulher, do que é a família, o casamento e a vida afetiva” (MACHADO, 2010).

Na pornografia, a identificação entre os espectadores com os personagens desenvolve a fantasia sexual. Além disso, existe a forte presença dos estereótipos de comportamentos sexuais difundidos pelas crenças já estabelecidas, que contribuem para a autoafirmação do homem heterossexual dominador e para a manutenção da subjugação da mulher. Através da violência e transgressão moral, a identidade masculina viril pode ser revigorada. Nesse sentido, a pornografia pode ser implicada como um reforço de padrões e comportamentos que mantém crenças de violência sexual (JÚNIOR, 2011).

Para o referido autor, a pornografia se assemelha com o tipo artístico grotesco, difundido no século XX, pois ambos expõem o excesso e a desarmonia e marcam “o prazer pela confusão de valores e padrões, pela transgressão estética e sexual, colocando em cena aquilo que se pressupunha estar fora de cena”.

A violência contra a mulher na pornografia e a perpetuação da desigualdade de gênero

D’Abreu (2013) descreve a desigualdade de gênero como as diferenças entre os papéis sociais existentes de homens e mulheres, assim como comportamentos e atributos que favorecem sistematicamente um único grupo.

De acordo com a referida autora, ainda são escassos os estudos brasileiros que avaliam os potenciais efeitos da pornografia nos usuários destes conteúdos, embora este material seja amplamente consumido no mercado nacional. O Brasil é o segundo maior produtor de vídeos pornográficos no mundo, sendo ultrapassado apenas pelos Estados Unidos, e o público consumidor é composto predominantemente por homens (ROPELATO, 2013). A pesquisadora realizou ainda, em 2013, um estudo com 304 estudantes universitários do sexo masculino, para verificar a relação entre o consumo de materiais pornográficos e a prática de agressão sexual contra mulheres, por meio do autorrelato. Os resultados obtidos apontaram que a média de consumo de pornografia era mais alta por perpetradores, e os conteúdos violentos também eram assistidos pelos agressores de práticas mais severas.

Estes dados levantam a questão sobre de que forma o material pornográfico pode influenciar as relações afetivas e sexuais com o passar do tempo, e se reproduz a desigualdade de gênero e transpassa a agressão sexual contra mulheres.

Os vídeos pornográficos atuais têm a forte presença de práticas brutais ou penosas, incluindo simulação de estupro, estupro coletivo e agressão física (DEKESEREDY, 2015). Em uma análise de 304 cenas em 50 filmes pornográficos populares, 49% apresentavam agressão verbal e 88% apresentavam agressão física como espancamento, engasgos durante o sexo oral no homem, tapas, puxões de cabelo e sufocamento respectivamente, sendo estes comportamentos em sua maioria praticados pelos atores homens (70%) direcionados às mulheres (94%). Ainda assim, as atrizes demonstravam prazer ou neutralidade diante das agressões encenadas (BRIDGES; WOSNITZER; SCHARRER; SUN; LIBERMAN, 2010).

A desigualdade também pode ser observada nos próprios papéis adotados nos roteiros destas produções audiovisuais, como a atribuição de profissões. De acordo com Cowan et al (1988a), uma análise realizada com 45 filmes pornográficos demonstrou que, de 282 personagens presentes nas mídias, 62% dos intérpretes masculinos performavam profissionais com cargos de autoridade, enquanto as intérpretes femininas desempenhavam o papel de assistentes e donas de casa (58%). Outras manifestações sutis de distinção também podem ser observadas no figurino, na idade dos protagonistas e na posição sexual encenada.

Donnerstein, Linz e Penrod (1987) descrevem o conceito da urgência biológica associada aos homens, uma ideia estereotipada e bastante presente na pornografia onde o amante mantém o incessante interesse em sexo e domina a relação e, conseqüentemente, a parceira. A partir disso, o ato sexual é baseado na satisfação carnal dos desejos masculinos por meio do corpo feminino, priorizando seu deleite sem que os possíveis desejos da mulher sejam

considerados (DINES, 2010). D'Abreu (2013) nomeia o fenômeno de supervalorização da ejaculação masculina na pornografia como “culto ao sêmen”, e menciona um estudo que analisou 45 filmes pornográficos e 97% das cenas de coito entre um casal heterossexual se concentravam na ejaculação do homem. Outro movimento observado com frequência na pornografia é a constante predisposição da mulher para o sexo casual e imediato, mesmo sem possuir previamente quaisquer vínculos afetivos com o homem que está contracenando (ZILLMANN; BRYANT, 1988a).

O *token resistance*, traduzido como resistência simbólica por D'Abreu (2013), é a oposição manifestada verbalmente ou não ao ato sexual coercitivo, enquanto o comportamento é de ceder e ao final até demonstrar satisfação, como um artifício de persuasão para o avanço sexual (BRIDGES; WOSNITZER; SCHARRER; SUN; LIBERMAN, 2010). Malamuth e Check (1985) afirmam que a resistência simbólica apresenta uma dubitável questão, pois o uso recorrente dessa representação se deve ao fato de que homens apresentam maior excitação consumindo materiais onde o *token resistance* está presente, em relação às cenas onde a objeção ao sexo é mais enérgica. Além disso, os autores demonstram que esse tipo de produção fomenta a dessensibilização a violência sexual, pois difunde a ideia de que a resistência feminina ao avanço masculino é um recurso usado como método para atração, e que é possível proporcionar prazer com a agressão sexual à mulher.

Quando os conteúdos visionados na pornografia encenam alguma forma de violência, eles podem originar no telespectador conceitos relacionados a agressão, o que torna os constructos acessíveis na interpretação de estímulos ambientais ambíguos, podendo resultar em comportamentos. Portanto, o processamento cognitivo de conteúdos pornográficos apresenta uma tendência de validar e interpretar teorias implícitas nos indivíduos, como ideias dicotomizadas sobre as mulheres, categorizadas como prostitutas ou aquelas adequadas para o matrimônio, por exemplo. A imagem de mulheres sexualmente promíscuas e degradantes podem reforçar ou até originar crenças em relação à agressão (MANN; BERKOWITZ; SIDMAN; STARR; WEST, 1974).

Desta forma, as mídias parecem ter a capacidade de contribuir fortemente para a banalização do uso da violência nas relações sexuais, devido a constante retratação da coerção sexual na pornografia, difundindo a concepção de que sexo pode habitualmente conter comportamentos abusivos. Lopes (2013) indica que esse processo implica diretamente nas manifestações sexuais dos indivíduos que consomem este tipo de material.

Apesar dos indicativos sobre a pornografia com conteúdo violento ter relação com práticas sexuais agressivas, Check e Guloien (1989) observaram um aumento da propensão para coerção sexual mesmo quando esse tipo de conteúdo não estava presente nos materiais. Manning (2006) apontou em sua revisão que consumir pornografia com frequência, resulta no aumento da procura por películas mais apelativas, para que seja possível atingir a excitação, em um processo de dessensibilização. Outras consequências apontadas são a presença de crenças distorcidas sobre sexo, além da tolerância ao estupro e responsabilização da vítima.

Outra problemática comumente encontrada neste tipo de conteúdo é a infantilização das mulheres, que performam comportamentos juvenis para simular a faixa etária púbere, fazendo uso de uniformes escolares e adereços acriançados. Além disso, elas podem apresentar condutas ingênuas, somadas a voz infante e a ausência de pelos pubianos, enquanto o homem desempenha o papel de soberania (Cowan et al., 1988b).

A indústria da pornografia cresceu à medida que o acesso à *Internet* se popularizou, assim como a sua variedade de conteúdos, incluindo materiais violentos, permeados de “comportamentos desumanizadores” (BROSI; FOUBERT; BANNON; YANDELL, 2011). A pornografia é também marcada pelo racismo e reforça estereótipos históricos como o do homem sexualmente primitivo (JESSEN, 2007), além de explorar a imagem das mulheres negras, latinas e asiáticas, pois considera que a sua origem étnico-racial as aproxime mais daquela finalidade em relação às mulheres brancas (DINES, 2010).

Dekeseredy (2015) afirma que os desejos pelo sexo degradante existem há séculos, e a pornografia disponibilizada na *Internet* permite que as pessoas manifestem seu interesse abertamente para o que antes era considerado tabu. Dessa forma, seu consumo não se apresenta como a causa, e sim como fator de risco para a violência sexual.

Os efeitos provocados pelo consumo de pornografia

Cooper et al. (2002) tentou descrever o perfil do consumidor de pornografia a partir de uma pesquisa com 7.544 participantes e concluiu que, a partir da amostra, a maioria dos usuários são homens, com média de 30 anos, casados e com emprego. Adolescentes também demonstraram ser um grupo de risco para desenvolver comportamento compulsivo pela pornografia, impulsionados pela curiosidade acerca da sexualidade, início das atividades sexuais e fácil acesso à *Internet*.

A *Internet* pode representar um canal de expressão saudável da sexualidade, especialmente para minorias representativas e estigmatizadas, como os LGBTQIA+, pois disponibiliza informações e possibilita vastas discussões (NEWMAN, 1997). Entretanto, outros pesquisadores enxergam com apreensão o uso frequente da rede virtual, pois isso pode estar associado ao consumo de pornografia, sendo a gratificação sexual um fator de risco para a adição. Inicialmente, a prática masturbatória seria o reforço fisiológico atrelado ao estímulo que manteria aquele comportamento. Entretanto, outros fatores como solidão, estresse, ansiedade e depressão podem condicionar o consumo de pornografia ao processo defensivo contra os estados emocionais negativos, mantendo o reforçamento e facilitando a compulsão e dependência para além das respostas fisiológicas prazerosas. (MEERKERK; EINJNDEN; GARRETSSEN, 2006). Cooper et al. (1999) assinalam os riscos de negligência do mundo real devido ao tempo despendido para a busca de pornografia na *Internet*. A possibilidade de compulsão sexual associada à pornografia aumenta, quando estão presentes outros três fatores: o anonimato, a acessibilidade e a disponibilidade, dentre outras vulnerabilidades psicológicas.

Stack, Wasserman e Kern (2004) fizeram uma pesquisa com 531 participantes, para investigar o consumo de pornografia, pois eles acreditavam que pessoas que possuísem vínculos sociais fossem apresentar menor propensão para o acesso a esse tipo de conteúdo. Os pesquisadores encontraram a correlação entre variáveis de controle social, como vínculos religiosos e crenças políticas. Os homens entrevistados demonstraram 6.43 vezes mais propensão ao consumo de pornografia do que em relação às mulheres, e alguns dados constatados nesse grupo foram declarar estarem infelizes com o casamento, ter crenças políticas liberais, a possibilidade de pagar pelo acesso e relação com a prostituição.

Malamuth, Addison e Koss (2000) sugerem que a inclinação para assistir pornografia tem relação com a interação das características individuais e o meio cultural no qual o sujeito está inserido, que pode favorecer ou conter a manifestação de efeitos negativos do consumo, como um ambiente de suporte ou conflituoso. A partir dessa concepção, os autores desenvolveram o modelo de confluência, que considera possíveis variáveis moderadoras para o consumo de pornografia. Organizando as diferenças individuais e características da personalidade, eles classificaram os indivíduos que apresentavam determinada combinação de fatores de risco, pois estes estariam mais propensos ao consumo frequente de pornografia e a experienciar suas decorrências negativas. Os pesquisadores também demonstraram que a interação deste grupo com a pornografia pode predizer o comportamento sexual agressivo.

Em outro estudo, foram identificados três perfis de pessoas que se envolvem em atividades sexuais *online*, como a pornografia. O primeiro grupo é nomeado de recreacional, que justificam o consumo como entretenimento. O segundo é o de utilizadores sexuais compulsivos, que apresentam tendência a patologias relacionadas à expressão sexual e encontram na *Internet* a possibilidade de debater em fóruns e praticar suas atividades sexuais. Por fim, existem os utilizadores de risco que buscam gratificação sexual e apresentam propensão para o comportamento compulsivo e dificuldades relacionais, além de possuírem a *Internet* como única forma de interação sexual (COOPER; PUTNAM; PLANCHON, 1999).

Potter (1986) descreve a hipótese do cultivo para os meios de comunicação, inicialmente aplicado para a televisão, no qual existe a adoção de comportamentos de representações vinculadas continuamente. Nesse sentido, é possível replicar a tese à pornografia, sendo que a exposição a estes materiais produz a aceitação de comportamentos retratados e estabelece crenças sobre homens e mulheres. Ainda neste sentido, a teoria da sequência de comportamentos sexuais considera os antecedentes e consequências do consumo da pornografia, como a excitação a estímulos sexuais. Os consumidores obtêm determinadas respostas afetivas a estímulos pornográficos e pode existir a associação cognitiva entre o conteúdo e o que ele evoca (FISHER; BARAK, 2001).

Bensimon (2007) detalhe três categorias de efeitos obtidos através do consumo de pornografia. O primeiro seria a aprendizagem sobre sexualidade enquanto uma manifestação liberal e contraditória aos dogmas sociais, o segundo a misoginia e subjugação da mulher e o terceiro a dessensibilização, capaz de modificar comportamentos e valores por meio da exposição frequente ao conteúdo. Isso se daria devido à dissonância entre a realidade e o realismo retratado nos materiais, com uma interpretação subjetiva de cada espectador aliada a autoestimulação.

Morrison et al. (2006) apresenta um dado interessante obtido a partir de um estudo com 188 alunos universitários: o nível de exposição à pornografia é inversamente correlacionado com a autoestima genital e sexual, apresentando níveis mais baixos para as três formas de autoestima quando o consumo é maior. Isso pode se dar porque, além do reforçamento de estereótipos femininos, o conteúdo pornográfico também visiona homens e influencia os espectadores tanto em relação ao próprio corpo, quanto à disposição para o sexo e tempo de duração das práticas, além da disponibilidade de parceiras. Uma pesquisa virtual realizada com 400 pessoas e a aplicação de um questionário *online* constatou uma forte associação entre o

maior consumo de pornografia na *Internet* com níveis elevados de solidão (YODER; VIRDEN; AMIN, 2005).

Um estudo relevante avaliou as respostas da descoberta do consumo de pornografia dos homens pelas parceiras e constatou que isso provoca efeitos negativos no relacionamento e muitas vezes a conduta é entendida como traição por elas. As participantes também observaram diminuição do desejo sexual, menor envolvimento emocional e mudanças no comportamento sexual deles. Elas declararam sentir culpa pelo interesse do parceiro em materiais pornográficos, responsabilizando-se por serem sexualmente indesejáveis devido a suposta preferência dos parceiros às modelos femininas retratadas nas películas da *Internet*, o que impactou em sua autoestima. Também houve a transformação do conceito sobre o companheiro, e elas afirmam que passaram a descrevê-los como pessoas degradantes, egoístas, perversos, menos respeitáveis e inadequados para o papel de pai e esposo (BRIDGES; BERGNER; HESSON, 2003).

A neurociência já buscou investigar o comportamento aditivo relacionado ao consumo de pornografia. Struthers (2009) descreveu os eventos neurológicos desencadeados no cérebro de homens ao acompanhar pornografia, começando pelo aumento de atividade na área tegmental ventral, próximo ao núcleo accumbens, conhecido pelo centro do prazer e recompensa. As conexões estabelecidas são a fonte da excitação sexual, e assistir materiais pornográficos aumenta este tipo de ansiedade. Na ejaculação, libera-se dopamina e a ação da amígdala, a reguladora das emoções e responsável pelas reações de medo, é inibida. Portanto, o orgasmo está associado ao ápice de prazer e ausência de medo. Além disso, com a participação da glândula basal, encarregada da aprendizagem implícita, o consumo da pornografia é associado a uma experiência satisfatória. A ação dos neurônios espelhos criam um hábito neurológico quando um indivíduo se excita ou masturba assistindo pornografia. Dessa forma, aciona-se o sistema visual, motor, sensorial aos efeitos neurológicos do orgasmo, construindo a compulsão sexual e o vício em pornografia.

Manning (2006) avaliou os impactos em diversas esferas por meio da revisão de literatura. No âmbito individual, o autor encontrou efeitos como distorção nas percepções de sexualidade e crenças sobre relacionamentos, desvalorização do matrimônio e paternidade, menosprezo da monogamia, maior agressividade, banalização da violência sexual e maior tendência a parafilias. No âmbito conjugal, identifica-se instabilidade emocional e econômica, menor satisfação e intimidade sexual entre ambos e identificação da pornografia como infidelidade. No caso de casais onde um consome pornografia e eles possuem filhos, as crianças

e adolescentes apresentam maior risco de se expor a conteúdos explícitos, o que pode acarretar em distorções cognitivas, adição, maior possibilidade de sofrer assédio *online*, desenvolvimento social prejudicado e início precoce das relações sexuais.

Russel (2011) afirma que a pornografia fomenta a violência sexual, pois estimula nos espectadores o desejo de agredir sexualmente. Esse processo se daria pela desinibição gradual de restrições sociais historicamente pactuadas, pois, mesmo que a pornografia consumida não visone violência explícita, o conteúdo tem a capacidade de habituar quem assiste e mitigar a respectiva excitação sexual, o que a longo prazo leva o sujeito a buscar materiais mais extremos e com práticas sexuais menos comuns para alcançar o mesmo nível de excitação anterior. A partir disso, a associação de performances incomuns e agressivas com o reforço pela prática masturbatória pode provocar a desinibição mencionada.

Esse procedimento também pode levar a predisposição do interesse sexual por crianças e adolescentes, uma vez que uma das categorias mais populares da pornografia na internet é conhecida por *teen*. Nesta modalidade, encenam atrizes de aparência jovem caracterizadas tal qual crianças e adolescentes, e a habituação é capaz de transmitir a mensagem de que a comunidade infantil pode ser objeto de desejos e práticas sexuais. A pesquisadora menciona a simultaneidade da popularização do *hentai*, modalidade de mangás e *cartoons* com conteúdo sexualmente explícito e infantilizado, com a difusão da permissividade do assédio de crianças e adolescentes no Japão.

Em suma, consumo de pornografia, de acordo com os estudos, parece estimular comportamentos sexuais de risco, como início precoce do sexo para jovens, a maior frequência de práticas, múltiplos parceiros, acesso à prostituição e sexo sem preservativo, o que possibilita a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada, além de maior risco de práticas de violência sexual (Wright, 2013). A exposição contínua também pode reduzir a sensibilidade e interesse a questões de igualdade sexual e equidade de gênero, maior aceitação a agressões sexuais e distorção de crenças sobre a promiscuidade feminina (ZILLMAN; BRYANT, 1982). Essas evidências demonstram que o consumo de pornografia pode implicar em questões de saúde pública.

Por trás das produções pornográficas

“Hot Girls Wanted” é um documentário lançado em 2015 pelas diretoras Jill Bauer e Ronna Gradus. Ele aborda a lucrativa indústria pornográfica e a rotina das jovens que adentram este mercado. Ainda na introdução, são apresentadas algumas informações relevantes a presente discussão, como, por exemplo, que os sites que hospedam materiais pornográficos têm mais acessos mensais que as plataformas Netflix, Amazon e Twitter juntas.

A película ainda menciona, brevemente, o contexto social de algumas garotas retratadas, que iniciaram neste meio e explica que muitas delas buscavam emancipação e estavam em situação de vulnerabilidade familiar e econômica. Em geral, elas buscam formas de arrecadação de dinheiro imediata, o que é oferecido por essa indústria.

Outro dado válido citado no documentário é que a Califórnia, um dos principais centros de produção de filmes adultos do mundo, aprovou em 2014 uma lei estadual que obriga o uso de preservativos pelos atores durante as gravações. Entretanto, os vídeos que retratam sexo sem proteção são mais populares entre os espectadores, portanto, muitas empresas passaram a rodar em outros lugares, como Miami. Neste ponto, podemos observar a grande articulação da indústria pornográfica para continuar sua larga produção e se esquivar de alternativas que reduzam a renda milionária. Então, o que ganhou prioridade não foi a segurança da saúde sexual e reprodutiva de seus funcionários, e sim a arrecadação monetária. Pela narração, o único método de proteção adotado pela equipe é a realização de testes para doenças venéreas com determinada frequência.

Um dos atores entrevistados relatou que a “vida útil” para as mulheres neste negócio pode variar de um mês até um ano, atribuindo a essa ocupação um caráter de descarte devido a rotatividade, além da urgência em ganhar visibilidade em um curto período de tempo, o que pode leva-las a se submeterem a situações degradantes. Uma grande parcela atua sem o conhecimento das famílias e parceiros, e algumas não podem mais retornar para casa após a divulgação de suas produções, que são difundidas massivamente em sites e as faz serem rapidamente identificadas pelas suas reais identidades.

Uma discussão também importante de ser levantada é se, de fato, existe o consentimento formal de todos os vídeos disponibilizados em plataformas de pornografia. Em 2019, um caso ganhou repercussão envolvendo uma plataforma de hospedagem de vídeos adultos. Na Índia, a veterinária Priyanka Reddy foi brutalmente estuprada, morta e teve o corpo queimado por um grupo de homens que se ofereceu para ajudá-la com o pneu furado de sua moto. Após o

assassinato ocupar as manchetes de grandes jornais, seu nome foi o mais pesquisado por meses no *XVideos*, totalizando 8 milhões de buscas pelo registro da violência (UOL, 2019).

Rose Kalemba foi outra vítima da pornografia. Quando tinha 14 anos, em 2009, ela sofreu um estupro coletivo e toda a violência foi gravada por um dos agressores. Após o ocorrido, navegando por uma rede social, ela viu que toda a escola a menciona em um link que direcionava ao *Pornhub*, outra base de vídeos. Todo o ataque que sofreu estava disponível na *Internet*, incluindo cenas onde estava desacordada. Ela alega ter enviado diversos e-mails para o canal, por seis meses, solicitando a retirada do vídeo, mas estes só saíram do ar muito tempo depois, quando ela fingiu ser uma advogada e ameaçou a empresa por se tratar de uma menor de idade (BBC, 2020). Durante esse período, os inúmeros acessos foram monetizados e o *Pornhub* ganhou dinheiro com a filmagem da atrocidade vivida pela jovem.

Atualmente, a pornografia de vingança é criminalizada no Brasil. Rocha, Pedrinha e Oliveira (2019) categorizam essa modalidade como “(...) se a intenção na disseminação do material, sem o consentimento do parceiro, for a exposição da vítima, sujeitando-a a linchamento moral, causando-lhe reveses sociais e emocionais”. Isso acontece por meio da exposição da intimidade de parceiros ou ex-parceiros, divulgando vídeos e fotos de cunho sexual para terceiros ou na *Internet*. Para a vítima, pode gerar distúrbios do sono, diminuição da autoestima, ansiedade, humilhação, culpa, entre outros sintomas de sofrimento emocional.

Hoje a pornografia é considerada como um entretenimento pessoal, o que se afasta do entendimento de estudos empíricos que dimensionam como esta afeta as mulheres que trabalham neste ramo (BERNHARDT; STUDER; RIBEIRO, 2019a).

O que deve ser confrontado na pornografia?

Um movimento social que discute a pornografia é o feminismo por meio das denominadas *sex wars*. Essa discussão pode ocorrer em dois sentidos opostos: as que acreditam que o sexo pode libertar as mulheres, são contra a censura e defendem o direito de escolha individual de cada pessoa, e em contrapartida as que afirmam que a pornografia perpetua a desigualdade de gênero e a submissão feminina, portanto, fere os interesses comuns de todas as mulheres enquanto classe (BERNHARDT; STUDER; RIBEIRO, 2019b).

Dworkin (1981) trabalha a compreensão da hierarquia de gênero com dominação masculina e responsabiliza esta forma de organização social pela existência do comércio sexual

e capitalização do corpo feminino, ou seja, a prostituição e pornografia. A disparidade de gêneros não estaria limitada apenas no âmbito afetivo e sexual, mas sim um efeito da desigualdade também presente na política e economia. Isso coloca as mulheres em situação de sub cidadania em relação aos homens e em uma posição onde necessitem cogitar a subordinação em diferentes formatos.

Ainda sobre as produções pornográficas, a autora também afirma que elas retratam o corpo e a sexualidade feminina como um produto sujo, enquanto a masculina é considerada natural, exacerbando o patriarcado em suas representações. Além disso, possui um forte aspecto racista, onde as mulheres são punidas sexualmente pela sua cor. O fato de a pornografia ainda ser entendida pela mídia e sociedade como uma forma de entretenimento imputa a ideia de que o que está sendo exibido é prazeroso para quem consome e para quem atua, mesmo que as práticas não demonstrem ser agradáveis para a mulher que está participando.

Apesar dos movimentos serem teoricamente encenados, são mulheres reais que performam as práticas retratadas em filmes pornográficos. Elas sofrem o atrito violento pelo coito simulado, são asfixiadas, forçadas a regurgitar, tem objetos introduzidos em sua vulva e ânus, agredidas de diversas formas e figuram uma pessoa sob abuso. São atuações indissociáveis ao mundo real e, deste ponto, se considerarmos que a pornografia pode ser instrumento de violência, essas parecem ser as condições adequadas para uma ocupação formal? É possível nomear este encargo de trabalho e exigir do Estado direitos trabalhistas? É por esse meio que estas garotas conquistam sua emancipação? É quantificável o montante que a empresa que vincula aquele conteúdo na internet vai receber por anos com a exibição da imagem de uma jovem que tem a perspectiva otimista de atuação profissional de um ano?

É difícil mensurar o quanto aquele conteúdo será consumido por pessoas de todas as idades e como ele orientará suas relações afetivas e sexuais fora do virtual. É necessário se debruçar na ocorrência deste fenômeno e explorar questionamentos como de onde vem a demanda do consumo por pornografia e como combater a construção cultural de permissividade do corpo feminino.

Saffioti (1985) discute um aspecto fundamental para o contexto das atrizes que atuam na pornografia: a condição socioeconômica das mulheres enquanto classe. O mercado que comercializa sexo só é possibilitado através da desigualdade em diversas camadas, e isso alicerça a base para o envolvimento delas na prostituição ou pornografia.

“[...] as diferenças salariais entre homens e mulheres tornaram-se muito mais pronunciadas em 1976 do que eram em 1970. De um rendimento médio de 61,2% do masculino, em 1970, as mulheres passaram a auferir, em média, apenas 48,6% do que

percebiam os homens em 1976. O fosso foi, portanto, ampliado de quase treze pontos percentuais, o que redundou em rendimentos médios femininos inferiores à metade dos rendimentos médios masculinos” (SAFFIOTI, 1985, p. 135).

Por conta de todos os dados apresentados até aqui, podemos ponderar se a criação de leis e garantia de direitos trabalhistas é o caminho mais adequado para a pornografia. Mesmo que seja garantido o cumprimento da legislação vigente, será possível afirmar que todo o conteúdo disponibilizado em sites adultos não ofereça qualquer tipo de malefício ao espectador e à classe de mulheres? Embora a proibição da produção de pornografia pareça uma alternativa resolutiva, é também utópica atualmente, pois a confecção de materiais poderá ser feita clandestinamente, uma vez que existe uma grande demanda e o controle nas plataformas é escasso. Não obstante, não podemos restringir o posicionamento como apenas favorável à luta por garantias trabalhistas das pessoas que atuam; isso seria possível se o embasamento e propósito do produto não fosse a manutenção da desigualdade de gênero e suas diversas repercussões.

A relação de trabalho acontece por meio da compra do tempo do trabalhador pelo patrão em troca da remuneração, onde o primeiro desempenha um papel a partir de esforços físicos ou intelectuais requeridos para aquela função. A relação entre ambos pode ser abusiva e pode haver a exploração da mão de obra, entretanto, neste cenário, o contratante “não se apropria materialmente do corpo de quem as realiza” (BERNHARDT; STUDER; RIBEIRO, 2019). Já a pornografia é tão somente a venda do corpo da mulher, ou seja, ela é a própria mercadoria negociada e tem sua integridade física e sexual apropriada.

Ward (2003) afirma que a pornografia é, na verdade, mais um canal que compõe todos os meios de transmissão de conteúdo existentes na mídia, e olhar apenas para ela como a causa de toda a propagação do sexismo pode ser reducionista. A pornografia seria mais uma forma de manifestação de violência contra a mulher, a para combatê-la na totalidade é necessário ampliar o olhar para questões sociais ainda desvalidas e questionar a naturalização de comportamentos que perpetuam a sub cidadania feminina, assim como as instituições que os propagam. Neste contexto, deve existir articulação do Estado para garantir direitos e estender o acesso à justiça para as mulheres por legislações e políticas públicas planejadas.

Cabe mencionar, ainda, campanhas publicitárias vinculadas há alguns anos para exemplificar que a objetificação feminina é usada em diversos canais de comunicação em massa. Em 2017, a empresa fabricante de cerveja Itaipava divulgou um anúncio onde uma modelo, usando biquíni, segura uma cerveja em cada uma das mãos e a legenda na imagem evidencia a quantidade de mililitros do produto em cada uma das embalagens, tanto para o

recipiente em lata, quanto a garrafa de vidro. Entretanto, a legenda também faz referência às próteses dos seios da modelo, reduzindo a mulher e as partes de seu corpo ao nível de objeto (VEJA, 2017). A hipersexualização das mulheres não é um fenômeno incomum para produtos que a mídia acredita serem destinados aos homens, como a cerveja. Em outra campanha realizada pela Skol, o teor apelativo ao corpo feminino também está presente por meio da posição da modelo. Na primeira imagem, ela está posicionada em frente a um bebedouro de água, usando minissaia e levemente inclinada para a frente. A legenda diz que se o homem que criou aquele item fosse consumidor de marca, teria feito de outra forma, fazendo referência à segunda imagem da propaganda, onde o bebedouro é mais baixo que o anterior e a mulher precisa curvar-se completamente para poder fazer uso.

Dworkin (1988) defende que o Estado deva reconhecer a pornografia como mecanismo de violação dos direitos civis das mulheres a partir de um projeto de lei, considerando seus aspectos negativos e a forma como influencia na perpetuação da reprodução de opressão feminina e comportamentos sexuais violentos praticados por homens. O primeiro ponto a ser contemplado é proporcionar às vítimas proteção por todos os intempéries que podem sofrer: coerção, agressão e difamação devido ao envolvimento com a pornografia. O que até o momento presente, parece não ter sido alcançado.

Considerações finais

A literatura internacional indica que a pornografia atua como um significativo canal de informação e valores para os jovens espectadores, afetando seus comportamentos (WARD, 2003). Guerra, Andrade e Dias (2004) realizaram um estudo com 336 estudantes universitários brasileiros, e destes, 56% dos que consumiam pornografia justificaram que possuíam o objetivo de obter informações reais sobre sexualidade, 50% para explorar mais fantasias e 37% para descobrir novas posições sexuais.

As discussões científicas geradas pelos estudos produzidos até o momento, que fomentam políticas públicas recentes acerca da violência sexual, tem indicado como possibilidade de prevenção dos atos de violência sexual programas ou inserções de temas que envolvam a Educação Sexual nos períodos escolares ou em atividades de instituições de contraturno (BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2016).

A Educação Sexual é um processo formal e intencional de intervenção que oferece informações científicas sobre sexualidade e fomenta espaços de discussão e reflexão acerca de tabus e preconceitos. Para abordar e difundir a Educação Sexual, a escola é um espaço comumente utilizado por se tratar de um ambiente humanizador e de formação através do processo educacional, além de propiciar a construção do pensamento crítico (MAIA et al, 2012). A abordagem deste tema é de grande relevância no desenvolvimento infantil, tanto pelo potencial de romper ideias estabelecidas sobre as relações humanas, como oferecer a apropriação de um conhecimento que constitui todo ser humano de forma ética e no sentido de emancipação do indivíduo, que se torna apto a questionar padrões de normalidade relacionados a comportamentos sexuais naturalizados (MEIRA; QUEIROZ; OLIVEIRA; MORAES; OLIVEIRA, 2006).

Estes programas tem grande potencial para desmistificar estereótipos reproduzidos pela pornografia (HARDY, 2004), abordando responsabilidade social e equidade de gênero no âmbito sexual, itens já presentes em planos de ensino de outros países que constataram menores taxas de coerção sexual (LOTTE; WEINBERG, 1996).

Além disso, é importante desconstruir o que Paul (2006) descreve como *pornified culture*, ou cultura pornificada em tradução livre. A indústria midiática tem uma grande responsabilidade na sexualização e objetificação do corpo feminino em campanhas publicitárias, quando na verdade poderia ser um forte aliado da emancipação das mulheres, sem deixar de considerar os diversos recortes e determinantes sociais, como raça, etnia, orientação sexual, identidade e expressão de gênero.

Existem diversas investigações na literatura internacional que exploram os efeitos da pornografia em quem consome. Em suma, acredita-se que os conteúdos pornográficos tem a potencialidade de estabelecer modelos de comportamentos e ideologias que podem ser replicados por quem está do outro lado da tela. A aprendizagem social aponta que a exposição ao comportamento de terceiros pode afetar o comportamento de um indivíduo, especialmente os socialmente aceitos, pois são reforçados de acordo com as consequências presentes. A psicologia social deve se encarregar de observar este fenômeno em território nacional, considerando as especificidades da população brasileira e as variáveis observadas nos estudos já mencionados.

Referências

- ARISTÓTELES. A Política. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- BAUMEL, C. P. Uso de pornografia e sua influência na satisfação com os relacionamentos amorosos. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- BAUMEL, C. P.; GUERRA, V. M.; GARCIA, A.; ROSÁRIO, A. G. Consumo de Pornografia e Relacionamento Amoroso: uma Revisão Sistemática do Período 2006-2015. v. 13, n 1. Belo Horizonte: Gerais - Revista Interinstitucional de Psicologia, 2020.
- BENSIMON, P. The Role of Pornography in Sexual Offending. v. 14, p. 95–117. *Sexual Addiction e Compulsivity*, 2007.
- BERNHARDT, B. C.; STUDER, K. G.; RIBEIRO, L. N. Feminismo e pornografia: quando a violência contra a mulher é erotizada e capitalizada. *In: BAGGENSTOSS, G. A.; SANTOS, P. R.; SOMMARIVA, S. S.; HUGLL, M. S. G. (org). Não há lugar seguro. v. 4, p. 157-174. Florianópolis: Centro de Estudos Jurídicos, 2019.*
- BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. Educação sexual na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. v. 5, n. 2, p. 57-62. Viçosa: Revista ELO - Diálogos em Extensão, 2016.
- BRIDGES, A. J.; BERGNER, R. M.; HESSON, M. M. Romantic Partners' Use of Pornography: Its Significance for Women. v. 29, p. 1-14. *Journal of Sex e Marital Therapy*, 2003.
- BRIDGES, A. J.; WOSNITZER, R.; SCHARRER, E.; SUN, C.; LIBERMAN, R. Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: A content analysis. n. 16, v. 10. *Violence Against Women*, 2010.
- BROSI, M.; FOUBERT, J. D.; BANNON, R. S.; YANDELL, G. Effects of sorority members' pornography use on bystander intervention in a sexual assault situation and rape myth acceptance. v. 6, n. 2, p. 26-35. *Oracle*, 2011.
- BYERS, E.; ENO, R. Predicting men's sexual coercion and aggression from attitudes, dating history, and sexual response. v. 4, p. 55-70. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, 1991.
- CARMO, P. S. Entre a luxúria e o pudor: a história do sexo no Brasil. São Paulo: Octavo, 2011.
- CHECK, J. M.; GULOIEN, T. H. Reported proclivity for coercive sex following repeated exposure to sexually violent pornography, nonviolent dehumanizing pornography, and erotica. p. 159-184. Hillsdale: *Pornography - Research advances and policy considerations*, 1989.

CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER. Balanço Anual, 2016. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/SPM_Ligue180_BalancoAnual2016.pdf>. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

COOPER, A.; MORAHAN-MARTIN, J.; MATHY, R. M.; MAHEU, M. Toward an Increased Understanding of User Demographics in Online Sexual Activities. v. 28, p. 105–129. *Journal of Sex e Marital Therapy*, 2002.

COOPER, A.; PUTNAM, D. E.; PLANCHON, L. A.; BOIES, S. C. Online Sexual Compulsivity: Getting Tangled in the Net. v. 6, p. 79-104. *Sexual Addiction & Compulsivity*, 1999.

D'ABREU, L. C. F. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. v. 25, n. 3, p. 592-601. *Potsdam: Psicologia & Sociedade*, 2013.

DEKESEREDY, W. S. Critical criminological understandings of adult pornography and woman abuse: New progressive directions in research and theory. v. 4, p. 4–21. *Brisbane: International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, 2015.

DINES, G. *Pornland: How Porn Has Hijacked Our Sexuality*. Boston: Beacon Press, 2010.

DONNERSTEIN, E.; LINZ, D.; PENROD, S. *The question of pornography: Research findings and policy implications*. New York: Free Press, 1987.

DWORKIN, A. *Pornography: Men possessing women*. Plume, 1981.

DWORKIN, A.; MACKINNON, C. A. *Pornography and civil rights: a new day for women's equality*. *Organizing Against Pornography*, 1988.

FAUNDES, A.; ROSAS, C. F.; BEDONE, A. J.; OROZCO, L. T. Violência sexual: procedimentos indicados e seus resultados no atendimento de urgência de mulheres vítimas de estupro. vol. 28, n. 2, p. 126-135. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 2006.

FLOOD, M.; HAMILTON, C. *Youth and Pornography in Australia: Evidence on the extent of exposure and likely effects*. n. 52. *The Australia Institute*, 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Legislação sobre violência contra as mulheres no Brasil, 2016*. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em: 27 de fev. de 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, 2016.

- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro, 2018.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- GARCIA, L. P.; SILVA, G. D. Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros. Brasília: Cadernos de Saúde Pública, 2014.
- GEIGER, B.; FISCHER, M.; ESHET, Y. Date-rape-supporting and victim-blaming attitudes among high school students in a multiethnic society. n. 19, p. 406-607. Journal of Interpersonal Violence, 2004.
- GUERRA, V. M.; ANDRADE, F. C.; DIAS, M. R. Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos. n. 9, p. 269-277. Estudos de Psicologia, 2004.
- HALD, G. M. Gender differences in pornography consumption among young heterosexual Danish adults. Archives of Sexual Behavior, 2006.
- HARDY, S. Reading pornography, sex education: Sexuality, society and learning. v. 4, p. 3-18. Sex Education, 2004.
- HOT Girls Wanted. Direção: Jill Bauer e Ronna Gradus. Estados Unidos: Rashida Jones, 2015. Netflix (82 min.).
- HUNT, L. A invenção da Pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade. São Paulo: Hedra, 1999.
- JENSEN, R. Getting Off: Pornography and the End of Masculinity. Cambridge: South End Press, 2007.
- JÚNIOR, L. J. A Pornografia Contemporânea e a Estética do Grotesco. p. 11-23. Revista Invisível, 2011.
- LOPES, A. S. S. Consumo de pornografia na internet, avaliação das atitudes face à sexualidade e crenças sobre a violência sexual. Tese (Mestrado em Psicologia) - Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2013.
- LOTTE, I. L.; WEINBERG, M. Sexual coercion among university students: A comparison of the United States and Sweden. v. 34, p. 67-76. The Journal of Sex Research, 1996.
- MACHADO, L. M. Crenças e Representações Sociais dos adolescentes sobre a violência Interpessoal. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2010.
- MAIA, A. C. B. et al. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. v. 17, n. 1, p. 151-156. Maringá: Psicologia em Estudo, 2012.

MALAMUTH, N. M.; ADDISON, T.; KOSS, M. Pornography and Sexual Aggression: Are there reliable effects and can we understand them? v. 11, p. 26-91. *Annual Review of Sex Research*, 2000.

MALAMUTH, N. M.; CHECK, J. V. The effects of aggressive pornography on beliefs in rape myths: Individual differences. n. 19, p. 299-320. *Journal of Research in Personality*, 1985.

MANN, J.; BERKOWITZ, L.; SIDMAN, J.; STARR, S.; WEST, S. Satiation of the Transient Stimulating Effect of Erotic Films. v. 30, n. 6, p. 729-735. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1974.

MANNING, J. C. The impact of internet pornography on marriage and the family: A review of research. n. 13, p. 131-165. *Sexual Addiction and Compulsivity*: 2006.

MARSTON, C.; LEWIS, R. Anal heterosex among young people and implications for health promotion: A qualitative study in the UK. *BMJ Open*, 2014.

MEERKERK, G.; EINJNDEN, R. J. J. M.; GARRETSEN, H. F. L. Predicting Compulsive Internet Use: It's All about Sex! v. 9, n. 1. *Cyberpsychology e Behavior*, 2006.

MEIRA, M. E.; QUEIROZ, A. B.; OLIVEIRA, I. A.; MORAES, R. Q.; OLIVEIRA, T. H. Psicologia Escolar, desenvolvimento humano e sexualidade: projetos de orientação sexual em instituições educacionais. v. 2, n. 2. São Paulo: *Revista Ciência em Extensão*, 2006.

MELOY, J. R.; GACONO, C. B.; KENNEY, L. A Rorschach investigation of sexual homicide. v. 62, p. 58-67. *Journal of Personality Assessment*, 1994.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015.

MOHAN, Megha. 'Eles me estupraram e postaram o vídeo do crime em um site pornô'. *BBC Brasil*, 10 de fev. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51409142>>. Acesso em: 06 de mai. de 2021.

MORRISON, T.; ELLIS, S.; MORRISON, M.; BEARDEN, A.; HARRIMAN, R. Exposure to Sexually Explicit Material and Variation in Body Esteem, Genital Atitudes and Sexual Estem Among a Sample of Canadian Men. v. 14, n. 2, p. 209-222. *The Journal of Men's Studies*, 2006.

MOURA, D. S. Mulheres e dote no Brasil. v. 10, n. 1, p. 246-247. Florianópolis: *Revista Estudos Feministas*, 2002.

MUNSCH, C. L.; WILLER, R. The Role of Gender Identity Threat in Perceptions of Date Rape and Sexual Coercion. v. 18, p. 1125-1146. *Violence Against Women*, 2012.

NEWMAN, B. The use of online services to encourage exploration of egodystonic. v. 22, p. 45-48. *Journal of Sex Education & Therapy*, 1997.

NOME de mulher estuprada e morta está entre os mais buscados de site pornô. Universa UOL, 02 de dez. de 2019. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/12/02/nome-de-mulher-estuprada-e-morta-esta-entre-os-mais-buscados-de-site-porno.htm>>. Acesso em: 06 de mai. de 2021.

NUNES, C. A. Desvendando a sexualidade. Campinas: Papirus, 1987.

NUNES, M. A.; LIMA, R. F.; MORAIS, N. A. Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas. v. 37, n. 4, p. 956-969. Brasília: Psicologia, Ciência e Profissão, 2017.

ORENSTEIN, J. O que os dados de uma década dizem sobre o consumo de pornô na internet. Nexo Jornal, 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/19/O-que-os-dados-de-umad%C3%A9cada-dizem-sobre-o-consumo-de-porn%C3%B4-na-internet>>. Acesso em: 07 mai. 2021.

PAUL, P. Pornified: How Pornography Is Damaging Our Lives, Our Relationships, and Our Families. Owl Books, 2006.

PERSON, E. S. No girar da roda: uma reflexão no centenário dos Três ensaios de Freud sobre a teoria da sexualidade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PLUMMER, K. Symbolic interactionism and sexual conduct: an emergente perspective. In: BRAKE, M. (org.). Human sexual relations toward a redefinition of sexual politics. New York: Pantheon, 1982.

POPOVIC, M. Pornography use and closeness with others in women. v. 139, p. 353- 359. Belgrado: Srpski Arhiv za Celokupno Lekarstvo, 2011.

POTTER, W. J. Perceived Reality and the Cultivation Hypothesis. v. 30, n. 2, p. 159-174. Spring: Journal of Broadcasting e Electronic Media, 1986.

RESSEL, L. B. et al. A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes. v. 15, n. 2, p. 245-250. Rio de Janeiro: Escola Anna Nery, 2011.

ROCHA, R. L. M.; PEDRINHA, R. D.; OLIVEIRA, M. H. B. O tratamento da pornografia de vingança pelo ordenamento jurídico brasileiro. v. 43, n. 4, p. 178-189. Rio de Janeiro: Saúde Debate, 2019.

ROPELATO, J. Internet pornography statistics. Top Tem Reviews, 28 de mar. de 2013. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20130121221924/http://internet-filter-review.toptenreviews.com/internet-pornography-statistics.html>>. Acesso em: 05 de fev. de 2021.

RUSSEL, D. Against Pornography: The Evidence of Harm. Berkeley: Russell Pubns, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. v. 8. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 1985.

STACK, S.; WASSERMAN, I.; KERN, R. Adult Social Bonds and Use of Internet Pornography. v. 85, n 1. Social Science Quarterly, 2004.

SCHUMACHER, J. A.; FELDBAU-KOHN, S.; SLEP, A. M. S.; HEYMAN, R. E. Risk factors for male-to-female partner physical abuse. v. 6, p. 281–352. Aggression and Violent Behavior, 2001.

SCORTEGAGNA, S. A.; AMPARO, D. M. Avaliação psicológica de ofensores sexuais com o método de Rorschach. v. 12, n. 3, p. 411-419. Itatiba: Avaliação Psicológica, 2013.

SEMEM, C. J.; CARAMASCHI, S. Concepção de sexo e sexualidade no ocidente: origem, história e atualidade. v. 49, p. 166-189. Santa Cruz do Sul: Barbarói, 2017.

SNOEK, J. Ensaio da ética sexual: a sexualidade humana. São Paulo: Paulinas, 1981.

SILVA, C. P. Altporn, corpos, categorias, espaços e redes: um estudo etnográfico sobre pornografia online. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

STEARNS, P. N. História da sexualidade. São Paulo: Contexto, 2010.

STRUTHERS, W. M. Wire for Intimacy. How pornography hijacks the male brain. Downers Grove: InterVarsity Press, 2009.

VENTURA, M. C. Violência no Namoro: Crenças e Autoconceito nas Relações Sociais de Género. Modelo de Intervenção em Enfermagem. Tese (Doutorado em Ciências de Enfermagem) – Universidade do Porto, Porto, 2014.

YODER, V. C.; VIRDEN, T. B.; AMIN, K. Internet Pornography and Loneliness: An Association? v. 12, p. 19–44. Sexual Addiction e Compulsivity, 2005.

WARD, L. M. Understanding the role of entertainment media in the sexual socialization of American youth: A review of empirical research. n. 23, p. 347– 388. Developmental Review, 2003.

WRIGHT, P. J. U.S. Males and Pornography, 1973–2010: Consumption, Predictors, Correlates. v. 50, p. 60–71. Journal of Sex Research, 2013.

ZALDÍVAR, S. S.; DÍEZ, I. I. Nuevas Dimensiones, Nuevas adicciones: La Adiccional al Sexo en Internet. v. 18, n. 3, p. 255-26. Intervención Psicosocial, 2009.

ZILLMANN, D.; BRYANT, J. Effects of prolonged consumption on pornography on family values. n. 9, p. 518-544. Journal of Family Issues: 1988.